

Governo se define pela Constituinte após as eleições

Luis Mir

O Governo deu ontem o primeiro passo concreto e declarado para a Constituinte depois das eleições. Essa tese, que dividiu o comando político do Governo e o PDS retomou agora toda sua força. A falta de acordo entre o PDS e o Planalto, ou melhor, entre alguns líderes do PDS e alguns membros do Planalto era sobre uma Constituinte antes ou após o 15 de novembro.

O deputado Magalhães Pinto reconheceu isso ontem. E aproveitou para declarar, claramente, que é a favor da Constituinte terminadas as eleições. "Por isso, apoio os 2/3 de agora, como fiz em 46", disse Magalhães, que reconhece a inutilidade da atual Carta, pelas emendas.

Se a oposição considerou inaceitáveis os 2/3, foi por saber que por mais expressivo que seja o resultado que obtiver nestas eleições, os 2/3 são um seguro constitucional. Um influente membro do conselho político do governo, o Senador Jarbas Passarinho, esclareceu que está se fazendo o modelo português ao revés. Lá, um governo de esquerda, saído da "Revolução dos Cravos", fez uma Constituição socialista, enfiando os 2/3. Aqui, ponderou, nós fazemos o mesmo contra eles preventivamente. A esquerda portuguesa fez a Constituição e a direita governa.

Mas em que condições se dará o processo constituinte ou quais as realidades necessárias? O deputado Magalhães Pinto preferiu, ao invés de aceitar uma reivindicação popular que forçasse a isso, achá-la conveniente politicamente, descartando essa pressão popular como sendo importante para ele.

O conselho político e o Planalto trabalham com um dado à mão quando se referem à convocação da Constituinte para depois das eleições: é impossível que das 23 cadeiras em disputa no Senado, o governo não faça 5, o necessário para manter sua maioria, embora precária. O deputado Prisco Viana, comentando o pacote, tentou sintetizá-lo dizendo que o governo está empenhado em eleições. "Todo o governo, todos nós queremos eleições".

Isso é dito também por outros líderes, que reconhecem hoje que o cancelamento das eleições é simplesmente inviável em todos os seus aspectos. A partir dessa decisão irreversível, o atual comando político do Planalto, que nem sempre pode ser confundido com as aspirações ou desejos do PDS, jogou os 2/3 no Congresso como fórmula de garantir a mudança de tudo para que as coisas fiquem no mesmo lugar.

Agora, diz Passarinho, pensar que o Governo deliberou os 2/3 para manter a atual Constituição é uma solene burrice. Nós sabemos isso e a oposição também. "Mas, com essa medida legal, o governo retirou das oposições e de sua provável maioria a iniciativa da Constituinte.

O 2/3 só serão derrubados por uma grave crise política, afirmou um outro influente membro do PDS, que preferiu permanecer no anonimato. Podemos esperar, depois de 15 de novembro, uma crise política, que derrubará os 2/3, afirmou.

ANC 88
Pasta 82/85
009/1982

Sarney diz que 2/3 muda negociações

O presidente do PDS, senador José Sarney, disse ontem que a elevação do quórum constitucional para dois terços, aprovada no conjunto de propostas encaminhadas pelo governo, inaugura um ciclo de negociações a nível de Congresso Nacional, onde modificações no texto constitucional somente serão aprovadas mediante consenso entre os partidos políticos.

— Durante a vigência do quórum de 211 votos para aprovação de emendas constitucionais, acusavam o governo de reunir sua maioria para introduzir alterações que o beneficiavam. Agora, com a volta do quórum qualificado de dois terços, o texto constitucional ganha maior estabilidade e as acusações não poderão se repetir — afirmou o senador.

A dificuldade para aprovação de emendas constitucionais, em decorrência da necessidade de 319 votos na Câmara e 44 no Senado, de agora em diante evitará o surgimento de propostas de interesse menor que, em alguns casos, podem ser reguladas por lei ordinária. Com a exigência de apenas 211 votos na Câmara e 34 no Senado, até hoje, para aprovação de emendas à Constituição, sob qualquer pretexto parlamentares ocorreriam alterações.